

RELATÓRIO E CONTAS

2014



COOPPOFA

Aprovado em reunião ordinária da
Assembleia Geral da COOPPOFA
Realizada no dia 2015-03-27.
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
António Manuel Dias Mendonça,
Faro, 2015-03-27.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

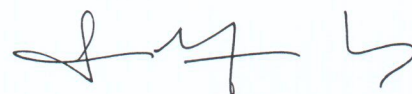
Presidente: António Manuel Dias Mendonça
Vice-Presidente: Francisco Ambrósio Lampreia Almeida
Secretário: José Joaquim Francisco Justo

Direcção:

Presidente: Manuel Baião Loures
Vice-Presidente: Augusto José Gomes Martins
Vogal: Joaquim Gonçalves Mendonça
Vogal: Guida Maria Dias Serafim Bento
Vogal: Jerónimo Manuel Fragoso Lopes

Conselho Fiscal:

Presidente: João Emanuel Teixeira Cortes de Sousa Justo
Vogal: Henoque Faria Miguel
Vogal: José Agostinho Vicente



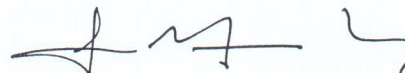
INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao contemplado nos seus Estatutos e no respeito pelo Código Cooperativo, a Direcção da COOPPOFA submete o seu Relatório e Contas à apreciação e votação da Assembleia Geral que, para o efeito, reúne na sua sede sita na Rua da COOPPOFA em Faro. O presente Relatório, constituído por catorze páginas, é acompanhado pelas contas relativas ao ano de 2014 e pelo parecer do Conselho Fiscal.

INFORMAÇÕES E CONSIDERAÇÕES GERAIS

No presente momento da vida da COOPPOFA, sem dúvida o mais difícil em toda a sua existência, a Direcção considera oportuno e necessário transmitir algumas informações mais pormenorizadas e tecer, também, algumas considerações sobre o exercício da sua actividade relativa ao período de 2014 a que se refere o presente Relatório, tal como as contas a apresentar, sobretudo pelo impacto da situação económica e financeira que se abateu sobre a Cooperativa e se prolonga até à presente data. Têm sido longos e penosos os últimos tempos vividos, os quais foram sendo suportados com muitas dificuldades, tendo causado profundos efeitos na vida e na gestão diária da Cooperativa, situação que se faz sentir ao nível dos resultados do ano fiscal de 2014, ora em análise. A destacar:

1. A actual Direcção tomou posse e passou a exercer gestão directa a partir de Maio de 2014, após a realização de eleições antecipadas em 26 de Abril do mesmo ano, data em que foi democraticamente eleita, em Assembleia de sócios, para o exercício das suas funções, condicionados por um Processo de



Insolvência a decorrer, sendo o mesmo fiscalizado mensalmente por um Administrador Judicial.

2. O ano de 2014 representa, de alguma forma, um corte com as metodologias de funcionamento e gestão do passado mais recente da Cooperativa, nomeadamente pela adopção de novas formas de gestão colectiva e participada que se afiguravam inadiáveis e imprescindíveis, iniciando-se um novo ciclo de gestão, a qual se considera necessária para colmatar alguns hábitos e procedimentos funcionais que foram considerados menos ajustados aos urgentes objectivos de salvaguarda e sobrevivência da COOPPOFA.
3. Como é do conhecimento geral, qualquer mudança, por si só, representa um processo que levanta, inevitavelmente, atitudes e comportamentos humanos que se revestem de dificuldades à sua implementação, desde a imediata e instintiva acção de rejeição, ao sentimento de resistência, muitas vezes infundado por falta de análise e ponderação cuidada sobre os benefícios que tais mudanças possam acarretar.
4. Deste modo, implementar mudanças na COOPPOFA, mesmo quando necessárias e imprescindíveis, num quadro de alteração dos Órgãos Sociais, transforma todo o processo num aglomerado de dificuldades acrescidas, o qual exige uma maior capacidade de gestão, ao nível de todos os recursos existentes, assim como um esforço redobrado por parte dos próprios Órgãos de Gestão.
5. Acresce salientar que, no que respeita à parte administrativa e de gestão da COOPPOFA, esta vinha sofrendo algumas lacunas por força de demasiada centralização de poderes num só elemento da Direcção que, por muito boas vontades e empenhos que lhe pudessem ser reconhecidos, e são-no certamente, seriam humanamente inoportáveis com a diversidade de respostas necessárias aos inúmeros e diferentes problemas nos diversos



sectores de actividade, levando a que, muitas situações pudessem ficar, inevitavelmente, sem as respostas atempadas e adequadas que se lhe impunham.

6. Pelo exposto no ponto anterior, tendo em vista um conhecimento mais preciso da realidade em que se encontrava a Cooperativa, foi necessário que a actual Direcção procedesse a uma análise exaustiva às contas de Balanço (Bancos, Clientes, Fornecedores, Devedores, Credores, e outros), a fim de se puderem efectuar diversas correcções e regularizações de diversas situações existentes até então, situações que tiveram impacto ao nível das Contas de Gastos e Ganhos dos exercícios anteriores e que se reflectem, ainda, nas contas ora apresentadas.
7. Foi necessário que a actual Direcção procedesse a novas negociações com fornecedores que se negavam a manter relações comerciais e fornecimentos à Cooperativa; foi necessário negociar com entidades bancárias que nos tinham fechado portas a negociações ou créditos; foi, ainda, necessário negociar estratégias de procedimentos com a Segurança Social, no sentido de se poder regularizar, do modo mais desejável e favorável para a COOPPOFA, as dívidas que existiam por pagamentos de contribuições não efectuados, por forma a que, tais pagamentos e metodologias a usar, nos permitissem que a efectivação do pagamento dessas dívidas fosse feita de tal modo que se pudesse encarar um futuro mais sustentável para a Cooperativa.
8. Todas as situações referidas nos pontos anteriores, não sendo tão visíveis à observação imediata dos sócios e de todos os interessados mais directos na vida da COOPPOFA, tiveram um enorme impacto na gestão diária da Cooperativa, nos seus diferentes sectores de actividade, levando a que o empenho da Direcção fosse, na maior parte do tempo, canalizado para aquelas questões que sendo primordiais eram, acima de tudo, prioritárias. Só desde há pouco tempo



se começa sentir algumas das melhorias resultantes duma nova forma de gestão que, por certo, irá permitir que a Direcção possa dedicar mais tempo a outras questões que, parecendo suplementares, se revestem, contudo, de grande importância, tais como dar uma maior atenção às situações dos trabalhadores, nossos colaboradores mais directos, continuar a promover a atracção de mais sócios, encontrar novas formas de promoção dos serviços prestados pela COOPPOFA, decidir sobre novos meios para implementar a desejada comunicação e aproximação à população e, ainda, abrir portas a outras instituições e a um público mais alargado.

9. Em síntese, como se verá nas contas apresentadas, a gestão da COOPPOFA tem continuado a revestir-se de uma necessária racionalidade económica, condicionada pelo Processo de Insolvência aprovado no dia 11 de Junho de 2014 em Assembleia de Credores, encontrando-se o mesmo em execução e já em cumprimento, facto que nos tem dificultado melhorias ou investimentos nos diferentes sectores de actividade da COOPPOFA, dificuldades acrescidas pela falta de cumprimento do compromisso bancário do Banco Bic, o qual foi assumido com a Cooperativa aquando da concretização do Processo de Insolvência em que esta se encontra. Aguarda-se, por parte do Tribunal de Faro, a passagem do Processo de Insolvência a Processo de Recuperação, o qual já seria justificável pelo facto de termos conseguido não acrescentar mais dívidas às anteriormente existentes. O reconhecimento declarado a Processo de Recuperação é absolutamente necessário ao desbloqueio de verbas junto das entidades bancárias, verbas sem as quais se tornam inviáveis todos os objectivos que norteiam a acção da Direcção da COOPPOFA, sem dúvida desta ou de qualquer outra, que é ver concretizados os planos e processos necessários que permitam a continuação da existência da Cooperativa.



ÁREA ADMINISTRATIVA

No sector Administrativo da COOPPOFA, foram retirados serviços de contabilidade que passaram a ser da responsabilidade de um gabinete particular desta área, uma vez que a Cooperativa não conta, no seu quadro de pessoal, com um técnico oficial de contas sobre quem, legalmente, devem recair as respectivas responsabilidades. A funcionária que se ocupava da maior parte desta actividade, ainda que continuando a envolver-se na classificação dos documentos a enviar àquele gabinete de contabilidade, pôde ser libertada para o exercício de outras funções igualmente importantes ao sector administrativo.

Foram renegociados os contratos existentes, nomeadamente de água, luz, telefone, seguros e informáticos, no sentido de se baixar custos relativos àqueles serviços.

Foi, ainda, negociado o encerramento da loja de Bordeira, com a Cooperativa Bordeirense, facto que nos permitiu suprimir as despesas inerentes à sua manutenção, eliminando o prejuízo decorrente da mesma.

ÁREA COMERCIAL

A Área Comercial tem sido a mais prejudicada pela situação económica e financeira em que se encontra a Cooperativa. Este é o sector que nos tem oferecido uma enorme preocupação, pelo seu abaixamento de volume de vendas que se foi agravando nos últimos tempos.

Com vista a um maior rigor de gestão e um conhecimento mais imediato sobre a actividade do sector, decidiu a Direcção implementar uma gestão informática de stoks que pudesse responder de forma mais rápida às situações ali registadas, actualizando, para tal, os programas existentes.



Pela grave situação financeira da Cooperativa, não tem sido possível a aquisição de maior número de bens de consumo, quer na quantidade que seria necessária, quer em maior número de qualidade como seria desejável.

Tal facto não tem permitido proporcionar uma melhor oferta a todos os que procuram este nosso serviço, situação que, podendo inverter-se, estaria na base de um consequente e desejável aumento de vendas e ganhos.

A incapacidade económica e financeira reflecte-se, assim, contrariamente à nossa vontade, no aspecto visual das prateleiras da loja/auto-serviço que mostram uma existência de stoks inferiores ao que seria de desejar para uma maior procura e uma melhor recuperação económica daquele sector.

A situação bancária da Cooperativa, para novos contratos bancários, continua bloqueada pelo Banco de Portugal por força da situação de Insolvência em que esta ainda se encontra, continuando a condicionar a vida deste e de todos os sectores da COOPPOFA. A Direcção tem feito todos os esforços e diligências ao seu alcance para inverter esta situação que, a manter-se, condena irremediavelmente o futuro desta área, assim como de toda a Cooperativa.

RESTAURANTE E BAR

No sector de Restaurante e Bar, o qual desenvolve a sua actividade com os mesmos condicionalismos económicos e financeiros que afectam toda a Cooperativa, foram implementadas algumas medidas no sentido de cativar mais sócios/utentes aos serviços ali prestados e, simultaneamente, dar resposta às debilitadas situações sociais em que se encontra a maioria das famílias dos sócios e amigos da COOPPOFA.

Neste sentido, foi criada uma ementa com algumas melhorias de qualidade e implementada uma refeição mais económica a que se convencionou chamar de eco-refeição, pelo custo de 3,50€ (Três euros e cinquenta cêntimos), na qual se inclui o prato do dia, pão e uma bebida (uma água pequena ou um copo de vinho ou, ainda,

uma mini cerveja). Esta medida foi muito bem aceite pelos sócios e utentes que frequentam este sector de actividade.

Contamos que outros mais sócios/utentes se juntem aos já existentes, para que possam beneficiar destas e de outras medidas que levem a uma maior frequência deste sector de actividade e, consequentemente, a resultados/ganhos mais avultados e necessários à Cooperativa.

Foi também implementada, neste sector, uma gestão informática de stocks, com vista a poder fazer-se um melhor e mais preciso acompanhamento, quer na gestão dos produtos existentes, quer permitindo um estudo mais cuidado sobre os custos e ganhos, situação que tem facultado a verificação da existência de algum aumento de rentabilidade, ainda que não a necessária e desejável.

CANTINA SOCIAL

Apesar das inúmeras dificuldades com que a Cooperativa se confronta, tendo em conta que a actual situação social é, também, nossa preocupação, continuamos a manter a Cantina Social que serve cerca de 100 refeições diárias a famílias carenciadas, para os sete dias da semana, sendo cada uma das refeições comparticipada no valor de 2,50€ pela Segurança Social, de acordo com Protocolo assinado para o efeito, suportando a COOPPOFA o restante custo de cada refeição.

ÁREA DE RECURSOS HUMAMOS

No ano de exercício de actividade de 2014, ora em análise, não se verificaram mudanças e melhorias que seriam desejáveis aos trabalhadores e à Cooperativa em geral, pelos condicionalismos económicos e financeiros já anteriormente referidos. Queremos salientar o nosso apreço pelos trabalhadores, elementos basilares de todo o funcionamento e vida da COOPPOFA. As Direcções passam, os trabalhadores ficam

por serem parte integrante de toda a orgânica que constitui a Cooperativa. É deles, do seu empenho, da sua dedicação, do seu profissionalismo, que depende a continuação dos seus postos de trabalho, a vida que se deseja longa à própria Cooperativa. É com eles, essencialmente, que esta Direcção conta para poder prosseguir, ainda que com sacrifícios que gostaríamos desnecessários, nos principais objectivos a que se propôs – a salvaguarda da Cooperativa, a continuação da existência da COOPPOFA.

ACTIVIDADES SOCIAIS E RECREATIVAS

Apesar das dificuldades económicas e financeiras que acompanham o exercício das nossas funções, a Direcção da COOPPOFA tem feito um esforço no sentido de prosseguir com a realização e participação em eventos, nos quais a presença da Cooperativa tem continuado a ser, para agrado de muitos, uma presença constante.

Actividades a salientar:

- Desfile de Charolas;
- Participação das crianças do Infantário no Desfile de Carnaval, por convite da Câmara Municipal de Faro;
- Comemorações do 25 de Abril;
- Comemoração do 38º Aniversário da COOPPOFA;
- Organização de jantares de grupos sociais no Restaurante e no Salão da COOPPOFA;
- Convívio de Natal com trabalhadores, Órgãos Sociais e familiares.
- Festa de Natal das crianças do Infantário, aberta aos seus familiares, realizada no salão da COOPPOFA.

OBRAS/INVESTIMENTOS

A situação da COOPPOFA, pelas razões já referidas e relativas ao Processo de Insolvência, tem obrigado a Direcção a uma cuidada e apertada gestão financeira, a qual não tem encontrado lugar a novos investimentos, antes levando a cortes nos orçamentos de algumas despesas correntes, como forma de equilibrar a situação económica da Cooperativa.

Dessa forma, apenas tem sido possível proceder a trabalhos de reparações e manutenção de máquinas e equipamentos, nos diferentes sectores, registando-se a situação de que alguns deles não vão comportar muitas mais reparações, pelo que, num futuro próximo, se tornará necessária a sua substituição, principalmente ao nível da cozinha e da loja/auto-serviço.

Também a cobertura do Infantário é preocupação prioritária, porquanto necessita de reparação urgente, mas cujas verbas não são compatíveis com a indisponibilidade financeira que nos assiste e condiciona.

INFANTÁRIO

Este sector é, por si só, a “preciosa coroa” que encerra o mais sublime dos objectivos de qualquer instituição – as crianças e sua educação, como pilares primeiros do desenvolvimento das sociedades.

Também na Cooperativa, ao longo da sua vida e da sua história, o Infantário COOPPOFA tem merecido particular interesse quer interno, quer na sociedade farense, pelo serviço ímpar que tem proporcionado às famílias e às crianças que dele têm beneficiado.

Longe vão os tempos em que este sector de actividade da COOPPOFA se geria sem condicionalismos externos à nossa Instituição, promovendo, pelos seus próprios meios,



uma garantia de segurança social às famílias mais carenciadas, gerindo as mensalidades das famílias com recursos mais elevados, por forma a que outras famílias de muito baixos recursos pudessem, em situação de igual oportunidade, beneficiar do acesso educativo para as suas crianças, algumas gratuitamente.

Eram tempos em que tal gestão culminava em resultados financeiros positivos para o sector, que faziam com que o Infantário COOPPOFA se bastasse a si próprio nos seus diferentes custos, respondendo, por si mesmo, às suas diferentes necessidades.

Mudaram os tempos, mudaram-se os conceitos, mudaram-se as realidades e, com elas, pelas dificuldades que tem atravessado nos últimos tempos, tem-se mudado, inevitavelmente, a cor e o brilho dos sonhos que, inicialmente, deram vida a este sector de actividade da Cooperativa.

Hoje, o Infantário COOPPOFA sofre as consequências directas das mudanças sociais, dos condicionalismos económicos e financeiros que ensombram a vida da sociedade portuguesa e, inevitavelmente, a vida e o futuro de toda a Cooperativa, também ela ensombrada pelo pesado fardo do Processo de Insolvência.

Tais condicionalismos, internos e externos, fazem com que o Infantário não tenha condições de se poder autogerir economicamente.

Por força de diversas circunstâncias, a COOPPOFA foi estabelecendo protocolos de cooperação com a Segurança Social, os quais sempre tem cumprido ao longo dos anos, sempre esperando encontrar, por essa via, as respostas necessárias à continuação da existência do Infantário, nas melhores condições possíveis para o seu funcionamento.

No entanto, aos condicionalismos internos que a Cooperativa hoje enfrenta, têm vindo a juntar-se mais outros que nos são impostos pelo cumprimento de normativos apresentados pela própria Segurança Social.

O Ministério da Segurança Social impõe às instituições com as quais estabelece protocolos de cooperação, entre outros, critérios obrigatórios de admissão das crianças, de acordo com os normativos que se sucedem, os quais nos obrigam a admitir, em primeira instância, as crianças de famílias de baixos recursos económicos, não nos restando a hipótese compensatória de receber também, de forma equilibrada, crianças

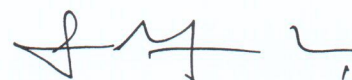
de famílias mais abastadas, uma vez que as vagas são preenchidas, na sua maioria, com aquelas crianças de mais baixos escalões económicos.

Como contrapartida são concedidos, ao Infantário COOPPOFA, subsídios de comparticipação da Segurança Social como forma de “compensar” os custos com cada uma das crianças que frequentam o Infantário, na medida em que, pelo serviço social prestado por este sector de actividade, é este equiparado a uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social).

Acontece que, na realidade, os subsídios concedidos não cobrem a totalidade das diferenças entre os custos reais que são imputados a cada uma das crianças que beneficiam dos nossos serviços e as baixas mensalidades que são pagas pelas famílias de baixos recursos, que são em maioria, provocando fortes desequilíbrios económicos e financeiros para este sector de actividade da Cooperativa, pondo em causa, desta forma, a própria sobrevivência do Infantário COOPPOFA. Para esta situação temos vindo a alertar as técnicas da Segurança Social que fazem o acompanhamento periódico à nossa Instituição.

Não cabe, no entanto, às técnicas de acompanhamento, poder modificar os normativos superiores emanados do seu ministério de tutela. Cabe-lhes, isso sim, verificar o cumprimento dos referidos normativos, junto das diferentes instituições, procedendo em conformidade. As reuniões de trabalho daí decorrentes têm sido realizadas na base da cooperação e das mais cordiais relações entre a Cooperativa e técnicas de acompanhamento, em representação da Segurança Social, facto que nos apraz registar.

Não partilhar estas realidades com os sócios da Cooperativa, com os pais das crianças, com os amigos da COOPPOFA, aos quais devemos a máxima transparência e lealdade associadas ao exercício das nossas funções, configuraria um acto de enorme irresponsabilidade, encobrindo ou falseando dados que são de primordial importância para que se entenda as dificuldades que estão a ser vividas pelo Infantário COOPPOFA.



Não trazer estas nossas realidades ao conhecimento desta Assembleia, corresponderia a uma inaceitável falta de informação e de transparência que não se identifica com a seriedade que esta Direcção se impõe a si mesma.

Cabe aqui salientar que as profissionais do Infantário COOPPOFA, educadoras de infância e auxiliares de educação, para além das suas funções pedagógicas, das diferentes actividades que desenvolvam com as crianças, dos cuidados que lhes prestam, têm-se desdobrado em esforços ilimitados no sentido de colmatar as diferentes necessidades económicas e financeiras do Infantário, fazendo rifas, angariando fundos, a que os pais, os amigos e a comunidade vão respondendo, solidariamente, dentro das suas possibilidades.

Perante todos, funcionárias, pais e amigos do Infantário e da COOPPOFA, reiteramos a nossa gratidão por nos ajudarem a continuar, apesar de tudo, a sobreviver e a assegurar, ainda que com sacrifícios acrescidos, aqueles postos de trabalho e o próprio Infantário tão necessário às crianças que dele beneficiam. Este continua a manter o seu horário de funcionamento das 8 horas às 19 horas, dando cobertura às necessidades das crianças e das famílias, desejando esta Direcção que possa fazê-lo por muito longo tempo.

Às décadas de vida do Infantário, juntam-se gerações que nele cresceram, trabalharam, se envolveram e dedicaram. É a todos eles que esta Direcção apela, no sentido de não permitirem que as vicissitudes a que se chegou na actual sociedade portuguesa, que têm levado à decadência e ao desaparecimento de tantas instituições, de tanto das conquistas de liberdade, leve, também, ao inevitável desaparecimento do Infantário e da Cooperativa, eles mesmo símbolos vivos dessas conquistas da democracia e da liberdade que levaram a que, um dia, o sonho de alguns se tivesse podido transformar nesta realidade que queremos preservar e que hoje é de todos nós – a nossa COOPPOFA.

AGRADECIMENTOS EM NOTA FINAL

Queremos agradecer a todas as Entidades Oficiais e Organismos, a todos os Trabalhadores e Familiares, aos Sócios, aos Colaboradores e Amigos, aos nossos Fornecedores que, de alguma forma, tendo estado ao nosso lado, acreditaram no trabalho e no empenho desta Direcção, dando-nos o seu apoio e o seu voto de confiança. Contamos com todos eles e com todos os mais que queiram juntar-se a nós para nos ajudar a reerguer a Cooperativa.

É muito difícil o caminho para tal objectivo. Por isso, todos são necessários! Queremos continuar a acreditar que, apesar de todas as enormes dificuldades que a Cooperativa continua a enfrentar, neste tão difícil momento da sua existência, todos juntos saberemos ultrapassar os obstáculos e prosseguir o caminho certo que nos possa levar ao encontro do espaço que conquistámos no passado, esse lugar que esta Cooperativa merece na sociedade farense, um lugar revestido do respeito, da honra e da dignidade que lhe são devidas e que devem continuar a nortear os caminhos do futuro da COOPPOFA- Cooperativa de Consumo Popular de Faro.

Faro, 27 de Março de 2015

A DIREÇÃO

12.03.2015

ANÁLISE

RESULTADOS COMPARADOS 2012 A 2014

COOPPOFA - Coop. Consumo Popular CRL

		2012	2013	<u>Variação</u> <u>2012/2013</u>	%	2014	<u>Variação</u> <u>2013/2014</u>	%
31	Existências Iniciais	82.069,75	40.336,75	-41.733	-51%	15.219,44	-25.117	-62%
	Compras	1.259.740,33	698.114,22	-561.626	-45%	523.349,64	-174.765	-25%
38	Reg. Existências	-128.198,57	-85.467,59	42.731	-33%	-64.888,94	20.579	-24%
	Existências Finais	40.336,75	15.219,44	-25.117	-62%	13.067,43	-2.152	-14%
	Mat. Consumida			0	0%		0	0%
	TOTAL	1.173.274,76	637.763,94	-535.511	-46%	460.612,71	-177.151	-28%
62	Variação de Produção			0	0%		0	0%
	Subcontratos			0	0%		0	0%
62	Forn.Serv.Externos	148.425,58	109.424,08	-39.002	-26%	127.248,05	17.824	16%
63	Despesas c/ o pessoal	746.966,21	538.076,64	-208.890	-28%	453.824,97	-84.252	-16%
64	Gastos dep. Amortização	61.924,90	44.442,36	-17.483	-28%	35.067,87	-9.374	-21%
65	Perdas por Imparidade			0	0%		0	0%
66	Perdas justo Valor			0	0%		0	0%
67	Prov.do Período			0	0%		0	0%
68	Outros Gastos e Perdas	8.658,94	9.772,45	1.114	13%	2.172,14	-7.600	-78%
69	Gastos perdas financiam	23.508,66	19.672,19	-3.836	-16%	17.902,75	-1.769	-9%
	TOTAL DOS CUSTOS	989.484,29	721.387,72	-268.097	-27%	636.215,78	-85.172	-12%
	TOTAL GERAL	2.162.759,05	1.359.151,66	-803.607	-37%	1.096.828,49	-262.323	-19%
71	Variação de Produção			0	0%		0	0%
	Vendas	1.226.044,47	622.406,37	-603.638	-49%	452.651,72	-169.755	-27%
72	Prestações de Serviços	421.358,59	350.999,16	-70.359	-17%	292.576,77	-58.422	-17%
73	Proveitos Suplementares			0	0%		0	0%
74	Trab. P/ Própria Empresa			0	0%		0	0%
75	Subsídios Exploração	330.498,11	252.127,24	-78.371	-24%	239.832,92	-12.294	-5%
76	Reversões			0	0%		0	0%
77	Ganhos justo valor							
78	Outros Rend. Ganhos	2.304,92	5.233,70	2.929	127%	23.737,36	18.504	354%
79	Juros.Divd.Outros Rend.	1,13		-1	-100%		0	0%
	TOTAL PROVEITOS	1.980.207,22	1.230.766,47	-749.441	-38%	1.008.798,77	-221.968	-18%
85	Result. Antes Imposto	-182.551,83	-128.385,19	54.167	-30%	-88.029,72	40.355	-31%

Tributação autónoma:

Despesas de representação	751,02 €
Portagens/Taxis/Parqueamento	6,55 €
Conservação e reparação de viaturas	46,75 €
Limpeza de viaturas	- €
Seguro de acidentes pessoais	- €
Kms- PIEC	
Ajudas de Custo - PIEC	
TOTAL	804,32 €

tributação Autónoma 10%+10%(prejuízo)

160,86 €

tributação Autónoma

Resultado contabilístico

- 88.029,72 €

A acrescentar:

Juros de mora e compensatórios	686,26 €
Multas Fiscais	465,70 €
Encargos não devidamente documentados	33,32 €
Correcções relativas a exercícios anteriores	58,09 €
Ofertas	48,70 €
TOTAL	1.292,07 €

A deduzir:

Correcções relativas a exercícios anteriores	14.944,45 €
TOTAL	14.944,45 €

Resultado Fiscal

- 101.682,10 €

prejuízos fiscais dedutíveis

Colecta x 25% - s/

- €

Tributação Autónoma

160,86 €

25% s/ 7881 -

- €

4% juros s/

- €

Derrama taxa reduzida 1,5%

- €

Pagamento Especial p/ conta

Retenções na fonte

- €

Pagamentos por conta

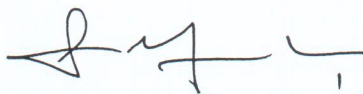

- €

Imposto Estimado

160,86 €

IRC A PAGAR

160,86 €



 João Jorge do Carmo TAVARES
 TOC nr. 3263

ACTIVO	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2014	2013
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		675 263.67	710 331.54
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		50 936.35	50 891.95
Accionistas/sócios			
Activo Corrente		726 200.02	761 223.49
Inventários		13 067.43	15 219.44
Cientes		3 901.74	8 972.63
Adiantamentos a fornecedores			
Estados e outros entes públicos		3 342.80	2 992.80
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber		10 607.27	17 308.67
Diferimentos		5 329.42	2 528.08
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		42 569.47	20 030.84
Total do activo		78 818.13	67 052.46
		805 018.15	828 275.95
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		39 244.97	39 094.85
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		320 610.16	320 610.16
Outras reservas			
Resultados transitados		- 873 443.09	- 745 057.90
Excedentes de revalorização		102 542.18	102 542.18
Outras variações no capital próprio		305 844.64	305 844.64
Resultado líquido do período		-88 029.72	- 128 385.19
Total do capital próprio		- 193 230.86	- 105 351.26
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos		251 237.89	5 945.75
Outras contas a pagar			
Passivo corrente		251 237.89	5 945.75
Fornecedores		317 583.27	304 274.18
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		178 670.17	169 706.24
Accionistas/sócios		5 119.98	9 209.85
Financiamentos obtidos			223 563.61
Diferimentos			
Outras contas a pagar		245 637.70	220 927.58
Outros passivos financeiros			
Total do passivo		747 011.12	927 681.46
Total do capital próprio e do passivo		998 249.01	933 627.21
		805 018.15	828 275.95

Assinaturas : Gerência / Administração

T.O.C.

João Jorge do Carmo TAVARES
T.O.C. n.º 2203

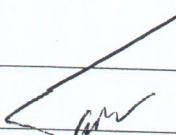
Demonstração dos Resultados por Naturezas (Modelo Reduzido)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados		745 228.49	973 405.53
Subsídios à exploração		239 832.92	252 127.24
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 460 612.71	- 637 763.94
Fornecimentos e serviços externos		- 127 248.05	- 109 424.08
Gastos com o pessoal		- 453 824.97	- 538 076.64
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		23 737.36	5 233.70
Outros gastos e perdas		-4 004.70	-9 772.45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-36 891.66	-64 270.64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-35 067.87	-44 442.36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-71 959.53	- 108 713.00
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-16 070.19	-19 672.19
Resultado antes de impostos		-88 029.72	- 128 385.19
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-88 029.72	- 128 385.19

Assinaturas :

Gerência / Administração

T.O.C.


João Jorge do Carmo TAVARES
 TOC nr. 3263

- Exercício Fiscal 2014 -

COMPARAÇÃO RESULTADOS 2013/2014

➤ **Contas da Exploração:**

Tomando como base os elementos à data de 31/12/2014, podemos destacar na análise da exploração, os seguintes pontos:

Custos/vendas	2013	2014	Variação
CMVendas	637.763,94	460.612,71	-27,78%
Fornecimentos/Serviços	109.424,08	127.248,05	16,29%
Gastos com o Pessoal	538.076,64	453.824,97	-15,66%
Gastos Amort./Deprec.	44.442,36	35.067,87	-21,09%
Outros Gastos e Perdas	9.772,45	2.172,14	-77,77%
Gastos e Perdas Financeiras	19.672,19	17.902,75	-8,99%
Total Custos	1.359.151,66	1.096.828,49	-19,30%
Vendas	622.406,37	452.651,72	-27,27%
Prestações Serviços	350.999,16	292.576,77	-16,64%
Subsídios	252.127,24	239.832,92	-4,88%
Outros Rendim.e Ganhos	5.233,70	23.737,36	353,55%
Total Ganhos	1.230.766,47	1.008.798,77	-18,03%
Lucro/prejuízo	-128.385,19	-88.029,72	-31,43%

1. Comparativamente com o período homólogo de 2013, verificamos que os Gastos gerais reduziram cerca de 19,3%, com particular incidência nas Mercadorias Consumidas, nas Amortizações e nos Outros Gastos;
2. Os Ganhos por seu turno, também sofreram uma redução média de 18%, sendo que as vendas baixaram 27% e os Serviços Prestados (Bar/Restaurante) cerca de 16,6%. Os Subsídios à exploração recebidos da Segurança Social registam uma descida de 4,8;
3. A rubrica de Outros Ganhos regista um crescimento de 37%, na rubrica das atividades extracurriculares, sendo a restante subida registada pela anulação das provisões de férias e subsídios de férias referentes ao ano anterior e não processados;



mantém, apesar da reestruturação operada e da enorme redução dos custos e da ligeira melhoria no resultado da operação:

ANÁLISE RÁCIOS	2013	2014
Liquidez	0,0723	0,1055
Endividamento	1,1272	1,2400
Solvabilidade	-0,1136	-0,2587
Autonomia Financeira	-0,1272	-0,2400
Falência Técnica	Confirmada	Confirmada

Em suma, arriscamos dizer que a instituição continua a lutar pela sua sobrevivência, porém continua ainda em situação periclitante e perigosa e tem muito caminho pela frente:

- O rácio de liquidez melhorou com a reestruturação do balanço e o Ativo cobre agora 10,5% do Passivo (em vez dos anteriores 7%);
- Em termos de endividamento a situação piorou. A instituição apresenta agora um endividamento face ao Ativo, de cerca de 124%;
- A Solvabilidade e a Autonomia Financeira estão há muito perdidas, e agravaram-se face ao ano anterior e os Capitais Próprios apresentam-se agora negativos em 193.230,86€;
- A Instituição apresenta um quadro de falência técnica confirmada.

Faro, 13 de março de 2015

Maria Emília Tavares

Economista - TOC n.º 3271



COOPPOFA, CRL

RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL³

Nos termos estatutários, reuniu o Conselho Fiscal da Cooperativa de Consumo Popular de Faro – COOPPOFA, nas instalações da sua sede social sita na rua da Coopopfa, em Faro no dia 25 de Março de 2015 às 19,00h com a seguinte ordem de trabalhos:

1º) Analisar e formular o Relatório dos Resultados e Contas do exercício de 2014.

Após análise dos elementos disponibilizados pelo TOC e apresentados pela Direção, o Conselho Fiscal verifica com reiterada preocupação ter existido ao longo do exercício de 2014 uma evolução insuficiente para inverter a gestão deficitária dos anteriores exercícios dos últimos anos.

Regista-se alguma melhoria das contas e de alguns indicadores contabilísticos e de gestão, mas, todavia ainda insuficientes face ao pesado grau de endividamento da Cooperativa e assim e por isso, o Conselho Fiscal manifesta uma grande apreensão e inquietude, face aos resultados conseguidos e face aos são necessários conseguir, para ultrapassar o actual conjunto de dificuldades.


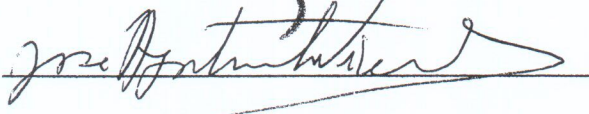
O desempenho da gestão ao longo do exercício de 2014, em que se encontra em curso, um Plano de Insolvência e Recuperação tem obrigado a um enorme esforço de contenção das despesas e com dificuldades generalizadas, onde entre outras, se sublinha a insuficiência de fundos e a necessidade de reforçar e renovar os stocks no sector do Auto-serviço, identificar Novas Oportunidades Comerciais para aumentar as receitas que diminuíram abruptamente e efectuar uma gestão sustentada nos resultados analíticos de cada sector, para ultrapassar todas as necessidades conjunturais.

É igualmente aconselhável o reforço da equipa de gestão para prosseguir com a racionalização de custos e continuar a inverter a situação de endividamento e garantir a subsistência da Cooperativa e dos seus trabalhadores.

O Conselho Fiscal volta a reforçar a necessidade de acautelar o impacto que comporta o fim do período de carência do actual Plano de Insolvência/Recuperação em curso e o aumento das necessidades de Fundos para fazer face a esse cumprimento das obrigações junto dos credores da Cooperativa.

Sublinhando as Reservas evidenciadas, é parecer do Conselho Fiscal que devem ser aprovadas as demonstrações financeiras submetidas à aprovação da Assembleia Geral, bem como a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2014.

Faro, 25 de Março de 2015
O Conselho Fiscal,



FUNDADA EM 5/7/1976

**COOPERATIVA DE CONSUMO POPULAR DE FARO, C. R. L.
(COOPPOFA)**

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública Conforme Despacho
no Diário da República 2.^a Série N.º 194, de 25 de Ago. de 1987
CONTRIB. N.º 500 596 352

Rua da Coopopfa - 8005-218 Faro - Tel. 289 86 20 94 - Fax 289 86 20 95

CONVOCATÓRIA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ao abrigo do art.º 47.º do Código Cooperativo (art.º 20.º dos Estatutos), convoco a Assembleia Geral da COOPPOFA - Cooperativa de Consumo Popular de Faro, C. R. L., para reunir em sessão ordinária, no dia **27 de Março de 2015, sexta-feira**, pelas **20:30 horas**, nas instalações da sua sede social, na Rua da Coopopfa, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão e das Contas do exercício de dois mil e catorze, bem como o Parecer do Conselho Fiscal.**
- 2 - Preenchimento de lugar vago na Direcção (Vice-Presidente).**
- 3 - Apresentação, discussão e votação do Regulamento Interno de Utilização do Salão da Coopopfa e do Regulamento Interno da Creche e do Pré-escolar do Jardim de Infância da Coopopfa.**
- 4 - Informações.**

Nota: Se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos membros no pleno uso dos seus direitos, a Assembleia reunirá 30 minutos depois com qualquer número de membros (art.º 48.º do Código Cooperativo).

Faro, 09 de Março de 2015.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

António Manuel Dias Mendonça
(António Manuel Dias Mendonça)